

Gentrificação na América Latina: Rumos do Debate e Traços Distintivos do Fenômeno no Continente

Gentrification in Latin America: Debates and Distinctive Traits of the Phenomenon on the Continent

Eduardo Tomazine Teixeiraⁱ

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: A incorporação do conceito de gentrificação na América Latina mostrou-se tardia, se comparada com o ambiente acadêmico anglo-saxão. Além disso, sua assimilação suscitou questionamentos epistemológicos e políticos quanto à pertinência de se importar uma ferramenta analítica forjada no Norte global. Na última década, porém, o interesse pelo assunto tem crescido consistentemente, multiplicando-se os estudos de caso, análises comparadas, publicações de números temáticos e livros dedicados à gentrificação nas cidades latino-americanas. O presente artigo procura rastrear a trajetória do debate sobre a gentrificação no continente, identificando na literatura os pontos de convergência sobre as características gerais e os aspectos particulares de uma gentrificação propriamente latino-americana. Por fim, serão apontadas algumas lacunas e temas emergentes que podem enriquecer a agenda de pesquisas sobre o assunto.

Palavras-chave: Gentrificação; América Latina; Cidades.

Abstract: The incorporation of the concept of gentrification in Latin America proved to be late, when compared to the Anglo-Saxon academic environment. In addition, its assimilation raises epistemological and political questions about the relevance of importing an analytical tool forged in the global North. In the last decade, however, interest in the subject has grown consistently, with a multiplication of case studies, comparative analyses, publications of thematic issues and books dedicated to gentrification in Latin American cities. This article seeks to trace the trajectory of the debate on gentrification on the continent and to identify points of convergence on the general characteristics and particular aspects of a gentrification which would be properly Latin American. Finally, some gaps and emerging issues that may enrich the research agenda on the subject are pointed out.

Keywords: Gentrification, Latin America; Cities.

ⁱ Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF. Doutor e Mestre em Geografia pela UFRJ e Mestre em Ciência Política pela Université Paris 8. eduardotomazine@globo.com. <https://orcid.org/0000-0001-8798-7503>

Introdução

O fenômeno da gentrificação figura como um dos problemas de pesquisa que tem merecido mais atenção dos estudiosos do urbano nos últimos trinta anos, em especial na literatura anglo-saxã. Desde a cunhagem do conceito, nos anos 1960, até o presente, as abordagens críticas se afirmaram, em detrimento das interpretações que procuraram saudar os processos de gentrificação como uma espécie de “renascimento urbano”, ou uma derivação natural dos novos hábitos de consumo na sociedade pós-industrial. Avolumaram-se as evidências de que os processos de reinvestimento no espaço urbano construído são geralmente conduzidos por agentes poderosos, respondem às demandas de acumulação de capital em busca de novas fronteiras de negócio e de rendimentos mais elevados, trazendo como consequências negativas mais comuns a expulsão dos pobres de seus espaços tradicionais de residência e trabalho.

Na América Latina, entretanto, a adoção do conceito se mostrou relativamente tardia, tendo suscitado desconfiças – sobretudo entre estudiosos críticos – quanto à importação indevida de categorias forjadas no Norte global. O panorama se alterou consideravelmente na última década, com a multiplicação de estudos de caso, análises comparadas, livros, números temáticos em periódicos, seminários e esforços de síntese dedicados à reflexão sobre a gentrificação no continente. De tal maneira que, atualmente, os questionamentos acadêmicos mais importantes já não se referem mais à ocorrência ou não do fenômeno nas cidades latino-americanas, mas à identificação das suas particularidades e implicações para a reformulação das teorias sobre a urbanização contemporânea.

No presente artigo, pretendo apresentar ao leitor a trajetória dos debates sobre a gentrificação na América Latina, procurando realçar alguns aspectos que me parecem mais elucidativos desse percurso. Através desse exercício, penso ser possível identificar os principais pontos de convergência dos estudos sobre o tema, bem como facetas do fenômeno mais estudadas e outras negligenciadas. O itinerário escolhido inicia-se com as explicações para o atraso relativo da incorporação do conceito no ambiente acadêmico latino-americano, bem como a tensão que existe entre duas posturas críticas: uma de recusa e outra de assimilação conceitual. Em seguida, tento sintetizar os aspectos que se destacam na literatura como sendo aqueles mais característicos da gentrificação na região, aproveitando para reiterar algumas de suas particularidades frente a outros contextos. Por fim, trato de apontar alguns temas que deveriam receber maior atenção, de modo a enriquecer a agenda de pesquisas sobre um problema cuja reflexão ultrapassou os limites acadêmicos e se apresenta, hoje, como arma discursiva de moradores e ativistas ameaçados de expulsão dos seus bairros tradicionais.

A Gentrificação para Além do Norte Global e o Ceticismo Latino-americano

Hackworth e Smith (2001) identificaram, há quase duas décadas, a existência de três “ondas”, ou fases de disseminação e transformação do fenômeno da gentrificação. Pouco depois, Smith (2002) sustentou que o fenômeno havia se tornado uma estratégia urbana global nos marcos do neoliberalismo, caracterizada por investimentos de capital em grande escala e sob a liderança do Estado (*state-led gentrification* [gentrificação con-

duzida pelo Estado]). Lees (2003), por seu turno, indica uma “quarta onda” de gentrificação (*super-gentrification*), em que, ao papel do Estado, se somaria a financeirização do setor imobiliário, fomentada, em grande medida, pela atração de capitais após o estouro da bolha da informática¹. Nota-se, portanto, que há muito a literatura anglo-saxã já considerava a gentrificação um fenômeno maduro e global.

Em contraste, os primeiros estudos sobre gentrificação em cidades latino-americanas surgem apenas no final dos anos 1990, com o trabalho pioneiro de Jones e Varley (1999) sobre o processo de conservação do centro histórico de Puebla, no México. Mais de uma década após essa publicação inicial, a bibliografia dedicada ao assunto na América Latina mostrava-se ainda escassa, conforme constatado por Janoschka et al. (2014) em sua revisão sistemática. Apenas na última década pôde-se verificar um aumento significativo do interesse acadêmico sobre o tema, com a proliferação de trabalhos, números especiais em periódico, redes de pesquisa e seminários dedicados à gentrificação na América Latina (PARRA, 2015).

A que se deve a incorporação tardia – e, durante um bom tempo, escassa – do tema da gentrificação na pesquisa urbana latino-americana? Janoschka e Sequera (2014: 5) sugerem, como primeiro fator, as “diferentes temporalidades” da gentrificação; isto é, uma penetração temporã, no continente, de um fenômeno urbano oriundo do Norte global. Em clave analítica semelhante, Betancur (2014: 5) associa a emergência do regime de acumulação flexível ao aparecimento das condições necessárias para a generalização do fenômeno da gentrificação, propondo que “O atraso latino-americano na pesquisa sobre gentrificação reflete um correspondente atraso na trajetória da mudança de regime e da própria gentrificação” (tradução livre).² Em reforço a esse tipo de explicação, Inzulza-Contardo (2012) sustenta que as principais transformações no contexto urbano latino-americano das décadas de 1970 e 1980, decorrentes da hiperurbanização, diferiram sensivelmente das transformações em curso nas cidades da Europa ocidental e da América do Norte no mesmo período. Enquanto nos países do Norte global a ampliação do número de jovens profissionais *whitecollars* gerava uma demanda potencial para imóveis renovados nas áreas urbanas centrais, nos países do Sul a polarização social e a informalidade engendravam padrões de segregação distintos, com o reforço do papel dos centros históricos como zonas de reprodução social de cidadãos pobres, residindo em habitações coletivas e trabalhando como vendedores nas ruas. Nesse sentido:

O retorno da classe média para as áreas centrais das cidades latino-americanas e o subsequente afastamento da classe trabalhadora foi menos comum quando se compara com os movimentos observados na Europa e nos EUA nos anos 1960 e 1970. Consequentemente, a primeira e a segunda onda de gentrificação parecem estar limitadas a configurações urbanas de países desenvolvidos com efeitos particulares sobre os contextos europeu, dos Estados Unidos, canadense e australiano (INZULZA-CONTARDO, 2012: 2087, tradução livre).³

Em face das diferentes temporalidades e padrões do desenvolvimento urbano entre países ricos e pobres, parece coerente que os pesquisadores críticos latino-americanos tenham dedicado os seus estudos, dos anos 1960 até o fim do século, aos problemas da segregação, fragmentação, informalidade e violência urbanas, em um esforço de

superação das teorias dualistas e da marginalidade, deixando de lado o problema da gentrificação, que na América do Norte e Europa Ocidental ganhava cada vez mais relevo. Ressalve-se, porém, que já nos anos 1980 os centros históricos de algumas cidades latino-americanas tornaram-se alvo de projetos de requalificação, com claros impactos sobre a população pobre. No fim dos anos 1990 e início da década seguinte, vêm à luz os primeiros trabalhos acadêmicos dedicados ao tema, como os de Herzer et al. (1999), a respeito de Buenos Aires, e Nobre (2002), relativo a Salvador – este último, inclusive, apontando para os efeitos gentrificadores da política de requalificação.

Segundo apontam Janoschka e Sequera (2014), bem como Parra (2015) e López-Morales et al. (2016), a resistência de alguns pesquisadores em importar um conceito anglo-saxão seria outro fator determinante para o intervalo entre as primeiras evidências do fenômeno da gentrificação nas cidades latino-americanas e a consolidação do termo no meio acadêmico. Ora, se até mesmo no Norte global o alargamento conceitual nos debates sobre a evolução da gentrificação suscitou ceticismo (ver, a esse respeito, HAMNETT, 2009 e MALOUTAS, 2011), era bastante plausível que o seu emprego em contextos tão distintos quanto o latino-americano gerasse ainda maior suspeição. Tal resistência se traduziu, em parte, na proposta de expressões alternativas, como “*elitización*” (GARCÍA-HERRERA, 2001), “*noblecimiento*” (CARMAN, 2011) ou a manutenção do termo em inglês “*gentrification*” (GASPAR, 2010), fundamentadas por apelos a um rigor terminológico um tanto o quanto arbitrário e mesmo equivocado, como no caso da expressão “*elitização*”⁴.

Note-se que as discussões em torno da pertinência do conceito de gentrificação na América Latina revelam uma tensão entre duas posturas críticas. Se, de um lado, a recusa em se importar modelos analíticos forjados no Norte global se apoia numa cautela metodológica e crítica ao colonialismo epistemológico, por outro lado se levantam vozes reivindicando que as teorias sobre gentrificação devem se deixar enriquecer e reformular mediante a sua adaptação a outros contextos (LÓPEZ-MORALES, 2015), de modo que o eurocentrismo residiria, antes, no confinamento do conceito aos países ricos. Nessa balança entre medidas críticas, a qual aspecto deveríamos atribuir maior peso?

Refletir sobre essa questão nos remete, forçosamente, às discussões relativas ao núcleo semântico do conceito e os seus limites de aplicação. Nesse sentido, importa identificar os aspectos fundamentais revestidos pela ideia de gentrificação. Para aplinar o terreno conceitual, tomamos de empréstimo a definição formulada por Clark (2005) – citada por López-Morales et al. (2016) –, que nos parece suficientemente abrangente para incorporar diferenças derivadas dos contextos espaço-temporais, sem, contudo, fazer com que o conceito perca em rigor e eficácia analítica:

um processo que envolve uma mudança da população e dos usuários do solo, de tal maneira que os novos usuários sejam de um status socioeconômico mais elevado que os anteriores, junto a uma mudança associada ao ambiente construído em decorrência de reinvestimentos em capital fixo. Quanto maior a diferença do status socioeconômico, mais perceptível será o processo, sobretudo porque quanto mais poderosos os novos usuários, maiores serão as transformações verificadas no ambiente construído. Não importa onde isso ocorra, não importa quando. Qualquer processo de mudança que se encaixe nessa descrição repre-

sentada, no meu entendimento, um processo de gentrificação (CLARK, 2005: 263, apud LÓPEZ-MORALES et al. 2016, tradução livre)⁵.

Com base nessa definição, cabe questionar se esse tipo de processo tem sido verificado na América Latina. Segundo Teixeira (2018), o fenômeno da gentrificação em uma cidade como o Rio de Janeiro emerge muito antes da formulação do próprio conceito por Ruth Glass, na década de 1960. Teixeira sustenta sua afirmação recorrendo ao exemplo histórico da Reforma Passos (1902-1906), inspirada nos *Grands Travaux* (Grandes Obras) da Paris de Haussmann (1853-1870), que, segundo o mesmo autor, também pode ser identificado como um caso de gentrificação *avant la lettre*. Nesse sentido, admitir a ocorrência da gentrificação para além da Europa e América do Norte não configura uma importação conceitual indevida, descontextualizada e eurocêntrica. Representa, antes, a admissão de que a colonialidade do saber (e do poder) tem influenciado decididamente a difusão do projeto da modernidade, inclusive – e como não poderia deixar de ser – na produção do espaço urbano.

Retomando o problema conceitual, ao se identificar como característica principal a mudança do perfil socioeconômico dos residentes e usuários em decorrência de reinvestimentos numa dada parcela do tecido urbano, o conceito de gentrificação possui o mérito de iluminar as relações sociais subjacentes aos processos de reestruturação. Dessa maneira, a gentrificação difere substancialmente de noções como *revitalização*, *regeneração* ou *requalificação*, que, segundo Teixeira (2018: 168-9), tendem a reificar o urbano, deixando para segundo plano (ou mesmo ignorando) as dinâmicas conflituosas decorrentes da reapropriação (material e simbólica) do espaço – noções ademais pouco rigorosas, conforme criticado por Vasconcellos e Mello (2003) e Lima (2010)⁶. Por essa razão, a incorporação do tema da gentrificação na agenda da pesquisa urbana latino-americana, para além de ter sua pertinência caucionada por evidências históricas e contemporâneas, reforça ainda o alcance crítico desses estudos. Não por acaso, a crítica à gentrificação tem transbordado os debates acadêmicos, figurando no cabedal discursivo dos ativismos sociais na América Latina para denunciar as ameaças trazidas pelas políticas de conservação e revitalização dos centros urbanos, conforme apontam Janoschka et al. (2014) – constatação corroborada pela minha própria experiência em pesquisas sobre os movimentos sociais urbanos e em parceria com esses.

As Particularidades da Gentrificação Latino-americana

À consolidação dos estudos de caso sobre gentrificação em cidades latino-americanas seguiram-se estudos comparados, bem como esforços de síntese para estabelecer as características gerais do fenômeno. A análise desse campo de pesquisa permite identificar alguns pontos de convergência, que indicam a maior atenção dedicada pelos pesquisadores a uma ou outra tendência e/ou sua maior recorrência na realidade empírica. De igual maneira, podemos apontar para algumas lacunas e aspectos ainda pouco explorados e que têm o potencial de enriquecer a agenda de pesquisa sobre o assunto.

Três aspectos particulares mereceram maior destaque: 1) a relevância dos enclaves históricos e a “gentrificação simbólica”; 2) o protagonismo do Estado; 3) o poder das classes populares para resistir à gentrificação.

A Relevância dos Enclaves Históricos e a “Gentrificação Simbólica”

O passado colonial compartilhado pelas cidades latino-americanas e sua inserção (semi)periférica na modernidade legaram enclaves históricos à sua paisagem urbana contemporânea. Tais enclaves encontram-se, em geral, nas áreas centrais, próximos ou mesmo incrustados no Distrito Central de Negócios, alguns mais ou menos preservados. Com o progressivo questionamento do urbanismo funcionalista e a emergência das ideias conservacionistas de valorização do patrimônio – junto ao afluxo crescente de capitais para o circuito secundário da economia –, tais enclaves cacifaram-se simbolicamente e viram aumentar seu potencial de valorização econômica. Por essas razões, os centros históricos de mais de uma dezena de cidades tornaram-se objeto, a partir dos anos 1980, dos primeiros experimentos concertados de reinvestimento no espaço urbano construído na América Latina (BETANCUR, 2014).

O acompanhamento dos impactos socioespaciais dos projetos de recuperação desses enclaves enfeixou a maior parte dos estudos iniciais sobre a gentrificação no continente. Após o já mencionado trabalho pioneiro de Jones e Varley (1999) sobre Puebla, seguiram-se outros sobre a Cidade do México (HIERNEUX, 2006; MONTEERRUBIO, 2009; DELGADILLO, 2015), Cartagena de las Índias (POSSO, 2015), Lima (GÓMEZ, 2015), Salvador (NOBRE, 2002; PORTELA, 2009), Recife (LEITE, 2010) Buenos Aires (HERTZER et al., 1999), Bogotá (DE URBINA e LULLE, 2015), entre outros. O traço comum dessas experiências é a mobilização de recursos simbólicos para a legitimação de investimentos, valorização econômica do patrimônio imobiliário, bem como a adoção de políticas de normalização do espaço, que implicam frequentemente a contenção/expulsão dos pobres, ao mesmo tempo em que se procuram atrair visitantes ou novos residentes abastados. É nesse sentido que Janoschka e Sequera (2014) definiram esse tipo de fenômeno como “*gentrificação simbólica*”.

Os centros históricos das cidades latino-americanas soem acumular, na sua paisagem, a memória de tempos, personagens e acontecimentos estreitamente ligados aos mitos de origem nacional e de formação de seus povos. Entretanto, fatores estruturais competiram para um longo processo de desinvestimento nessas áreas, bem como pela sua apropriação – formal ou informal – pelas classes populares. Por essa razão, os projetos de renovação tendem a assumir características de *revanchismo* (SMITH, 1996), isto é, de um sentimento relativo à necessidade de se retomar o controle espacial e a ordem moral, pelas elites e classes médias, através da imposição de dispositivos de controle do espaço de cariz inequivocamente higienista. Com efeito, diversos analistas constataram que a expulsão de vendedores ambulantes, moradores de rua e usuários de drogas costuma vir acompanhada dos programas de renovação, pavimentando o caminho para a gentrificação. Os casos de Puebla e Cidade do México, com seus *plan de rescate* (plano de resgate) – evocando políticas de segurança ao estilo *zero tolerance* (tolerância zero) são exemplos paradigmáticos (JONES e VARLEY, 1999; HIERNEUX, 2006), mas que encontram paralelos em muitas outras cidades da região.

Alguns autores têm chamado atenção para o papel exercido pelo escritório da *World Heritage*, vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), bem como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o

Banco Mundial como pontas-de-lança da gentrificação simbólica na América Latina. Segundo Nelle (2009) e Delgadillo (2015), a declaração de paisagens ou cidades como patrimônio histórico tende a visibilizar lugares, atraindo turistas e estabelecendo formas de controle sobre o uso do espaço que impulsionam tanto a valorização econômica quanto a restrição de usos informais.

A esse respeito, Teixeira (2018) apontou para os efeitos de fetichização dos lugares que se pode produzir, mediante a apropriação seletiva de alguns aspectos do passado e sua utilização estratégica na qualidade de patrimônio histórico e cultural. Adotando como “laboratório” a operação Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, o autor concluiu que a valorização da histórica presença negra na zona portuária representa mais uma peça retórica que uma prioridade. Ele chega a essa conclusão tomando como critério de comparação os investimentos multimilionários em equipamentos culturais sem qualquer vinculação com esse passado que se diz valorizar, em contraste com a penúria relegada às instituições de memória e cultura autóctones. Para além de superestimada, a narrativa de valorização do passado é utilizada para cooptar resistências, bem como legitimar o projeto “revitalizador”. A fetichização se completa ao desvincular os *lugares de memória* dos *sujeitos* que, na atualidade, estabelecem com esses lugares importantes vínculos de reprodução identitária e material. Ao fim e ao cabo, a “musealização” desses enclaves históricos tende a remover justamente aqueles elementos que o tornaram tradicionais, bem como social e culturalmente vigorosos (MONTERRUBIO, 2009).

O Protagonismo do Estado como Agente Promotor da Gentrificação

A literatura tem reconhecido no papel preponderante do Estado um dos aspectos mais importantes da gentrificação latino-americana. Entretanto, tal preponderância tem representado um traço típico do avanço da gentrificação como “estratégia global do capitalismo” (SMITH, 2002). Ainda assim, o contexto econômico e socioespacial de metrópoles como Rio de Janeiro, Medelim ou Cidade do México é tão discrepante daquele das grandes cidades do Norte global, que é plausível supor níveis e estilos de atuação estatal *qualitativamente distintos* em uma e outra realidade.

Procurando estabelecer os traços particulares da “*state-led gentrification*” no Sul global, Teixeira (2018: 249) aventou a hipótese de que a atuação estatal implica – para além do papel institucional devotado à viabilização de políticas urbanas neoliberais – investimentos públicos relativamente maiores, bem como dispositivos de controle social consideravelmente mais coercitivos e violentos. Penso que essa hipótese é ainda mais verdadeira para a América Latina, compreendida como recorte particular da (semi)periferia capitalista.

Os níveis de atuação do Estado como garantidor econômico dos processos de gentrificação variam desde o papel de liderança (típico da “terceira onda” de gentrificação), até a função *sui generis* de Estado empresário, financista e tomador majoritário de riscos. Encontram-se referências diretas a isso em estudos de caso sobre Santiago do Chile (LÓPEZ-MORALES et al. 2012; LÓPEZ-MORALES, 2016; INZULZA-CONTARDO, 2016), Cidade do México (DELGADILLO, 2014; OLIVEIRA, 2014), Buenos Aires (DI VIRGILIO e GUEVARA, 2015), Rio de Janeiro (GAFFNEY, 2010; DE LA GARZA, 2015; TEIXEIRA, 2015 e 2018) e Medelim (ZAPATA, 2015), para mencionar exemplos bastante variados.

O papel do Estado como garantidor econômico dos projetos de gentrificação chega a paroxismos numa cidade como o Rio de Janeiro, cuja realização de megaempreendimentos na última década exigiu a atuação de um Estado empresário. Em diversas ocasiões, agências estatais assumiram o papel que se espera da iniciativa privada nas Parcerias Público-Privadas (PPP), sendo mais apropriado defini-las como “Parcerias Público-Públicas”. Em geral, esses arranjos se destinaram à privatização de espaços públicos e transferência de rendas oriundas de serviços públicos para o setor privado (TEIXEIRA, 2018).

A “revitalização” da zona portuária, com a Operação Consorciada Porto Maravilha, é emblemática desse tipo de atuação estatal. A princípio a maior PPP em vigor no Brasil, o projeto financiou-se integralmente pela venda de títulos para um fundo imobiliário, gerido por um banco público, a Caixa Econômica Federal⁷. A operação previa que o fundo fosse remunerado com a venda dos títulos mobiliários adquiridos monopolisticamente, necessários para o desenvolvimento de novos projetos imobiliários na área “revitalizada”. Isso significa que toda a alavancagem financeira da operação foi realizada com recursos públicos. Até março de 2019, apenas 8,93% dos títulos haviam sido negociados, o que levou o fundo imobiliário a declarar insolvência, fazendo com que os custos para a continuidade da operação recaíssem sobre a Prefeitura (TEIXEIRA, no prelo).

Com relação ao uso da coerção como forma de assegurar o avanço territorial da gentrificação, o que se verifica é que os níveis de violência (física, simbólica e psicológica) empregados por agentes estatais (ou agentes autorizados pelo Estado, legal ou ilegalmente) são qualitativamente maiores que aqueles observados nas políticas revanchistas denunciadas por Neil Smith (1996) em cidades do Norte global. Ademais, o número de pessoas vitimadas por esse tipo de violência é substancialmente maior na América Latina, resultando quase sempre processos de despossessão via expulsão (em espanhol, *desplazamiento*) dos pobres (JANOSCHKA e SEQUERA, 2014).

Encontra-se na literatura a análise de diversos expedientes de coerção estatal, alguns reivindicando modelos de políticas públicas adaptadas do Norte global, como a doutrina nova-iorquina de *zero tolerance* (embora recorrendo à violação de direitos que dificilmente seriam tolerados em seus locais de origem). O *plan de rescate* do centro histórico da Cidade do México é representativo das mudanças qualitativas quando da aterrissagem desses dispositivos de coerção em solo latino-americano, com a tentativa de expulsão forçada de mais de 25 mil vendedores ambulantes (DELGADILLO, 2015). Os esforços de gentrificação do centro antigo de São Paulo motivaram, por sua vez, a internação compulsória de usuários de drogas e a ação claramente desproporcional da Polícia de Choque. Incêndios de barracos e habitações coletivas e a atuação de esquadrões da morte contra moradores de rua em áreas com potencial de valorização econômica são práticas presentes em quase todas as cidades da América Latina.

Uma modalidade bastante particular do emprego da força para a adequação do modelo neoliberal (e, conseqüentemente, da gentrificação) nas cidades da região são os dispositivos de ocupação militarizada dos espaços segregados. Nessa modalidade, cidades como Medellín e Rio de Janeiro têm ganhado um papel de destaque, transformando-se em modelos difundidos para outras metrópoles latinas.

Segundo o estudo de Zapata (2015), que investigou a relação entre dispositivos biopolíticos e o avanço da gentrificação em Medelim, “*la pacificación*” necessária ao desenvolvimento do modelo urbano neoliberal foi imposta mediante o efeito combinado da militarização de bairros pobres, atuação de esquadrões da morte para a “*limpesa social*” e, sobretudo, pela hegemonia de um grupo paramilitar no controle das atividades criminais, o Bloque Cacique Nutibara, cuja vitória inaugurou um ciclo de relativa tranquilidade (ZAPATA, 2015: 95).

Ao lado de Medelim, o Rio de Janeiro representa outro caso paradigmático de militarização dos espaços segregados, com efeitos diretos e indiretos para o avanço da gentrificação. A política de “*pacificação*”, com a ocupação permanente de dezenas de favelas por forças policiais valendo-se de táticas de contra-insurgência (TEIXEIRA, 2012), procurou estabelecer um cordão de segurança em torno dos bairros mais abastados da cidade e nas proximidades dos futuros equipamentos esportivos dos megaeventos realizados entre 2014 e 2016. Com esse dispositivo de segurança especialmente seletivo, os bairros vizinhos às favelas “*pacificadas*” observaram rápida valorização imobiliária; valorização verificada, inclusive, nas próprias favelas, ainda que se tratando de um mercado grandemente informal. A ocupação das favelas localizadas na zona portuária por meio de expedientes militares foi considerada estratégica para viabilizar a operação Porto Maravilha (TEIXEIRA, 2018).

O Poder das Classes Populares para Resistir à Gentrificação

A resistência aos processos de gentrificação tem sido um tema mais recorrente na literatura latino-americana que naquela devotada às cidades do Norte global. Constatando essa discrepância, Souza (2016) chamou atenção para o fato de que o *Gentrification Reader*, editado por Lees et al. (2010), tenha dedicado apenas dois dos seus quarenta capítulos à temática da resistência. Isso contrasta significativamente com a incidência do assunto em números temáticos de revistas, livros e estudos de síntese sobre gentrificação na América Latina, a exemplo de Delgadillo et al. (2015), López-Morales et al. (2016) e Janoshka e Sequera (2014 e 2016). O destaque atribuído à resistência pode ser tanto considerado fruto do relevo inobliterável que assumem as formas (mais ou menos organizadas) de luta dos setores populares para permanecerem nos seus locais de moradia e trabalho, quanto pela sensibilidade relativamente maior dos pesquisadores latino-americanos em investigá-las, e mesmo solidarizarem-se com elas (JANOSCHKA e SEQUERA, 2014).

Um primeiro fator de resistência reside no próprio peso demográfico das classes populares nas cidades latino-americanas, aspecto destacado por Betancur (2014) e Parra (2015). Além disso, os cidadãos pobres da região desenvolveram uma longa tradição de resistência e auto-organização, conforme estudado por Zibechi (2015 e 2017, entre outros). Por todo o continente, as lutas urbanas protagonizadas pelos de baixo têm desempenhado um papel decisivo para frear, ainda que momentaneamente, o avanço de políticas neoliberais, contribuindo também para a formulação de agendas alternativas. As alianças que os ativismos estabelecem com setores profissionais e intelectuais progressistas resultam, em não raras ocasiões, na elaboração de discursos contra-hegemônicos

e contraprojetos (DELGADILLO, 2012; JANOSCHKA e SEQUERA, 2014), notadamente para resistir às tentativas de remoções forçadas. Tal capacidade de resistência nem sempre se mostra suficiente para barrar a violação de direitos e a expulsão dos pobres em processos de avanço da gentrificação, mas torna ainda mais indispensável a intervenção estatal como agente disciplinador do espaço⁸.

São muitos os casos estudados que atestam a grande capacidade de resistência dos setores populares latino-americanos, os quais, se não chegam a evitar os processos de gentrificação, no mais das vezes impõem certos limites, abrem canais de negociação ou mesmo atrasam as perspectivas de capitalização das rendas potenciais com os espaços renovados.

Em Buenos Aires, Rodríguez (2015) e Rodríguez e Di Virgilio (2016) demonstram como a organização de associações de inquilinos e a mobilização de ocupantes de moradias ociosas em torno do *Movimiento de Ocupantes e Inquilinos* em La Boca forçou o Estado a adotar políticas que mitigassem os efeitos da forte valorização turística e imobiliária verificada nessa parte da cidade. Superando o caráter reivindicativo, os vizinhos se organizaram em cooperativas de produção habitacional, que se beneficiaram das linhas de financiamento público conquistadas pela mobilização. Os moradores da área central de Montevidéu adotaram estratégia semelhante para promover uma espécie de “revitalização de baixo para cima”, mediante a construção de moradias populares com base no apoio mútuo (PARRA e RABASCO, 2013). No Chile, o *Movimiento de Pobladores en Lucha* (Movimento de Moradores em Luta) tem procurado tirar proveito das brechas deixadas pela regulação profundamente neoliberal das políticas públicas vigente no país, recorrendo aos fomentos oferecidos ao mercado para a construção de um complexo de habitações sociais em pleno centro de Santiago (PÉREZ, 2017).

Na Cidade do México, a resistência dos vendedores ambulantes do centro histórico freou consideravelmente as expulsões impulsionadas com o *plan de rescate*, impondo canais de interlocução com o poder público, através dos quais conseguiram a sua realocação nas proximidades (DELGADILLO, 2015). Refletindo sobre essa experiência, Betancur indica a multiplicidade de táticas utilizadas para resistir:

O apoio de partidos políticos, sindicatos e ONGs, protestos, ocupações, conferências de imprensa, novas estratégias para seguir vendendo nas ruas e até mesmo batalhas abertas contra a polícia fizeram com que os despejos se tornassem bastante complexos e conflituosos, impactando negativamente a participação do setor privado (BETANCUR, 2014: 7, tradução livre).⁹

Conforme analisado na seção anterior, os dispositivos de coerção e controle social utilizados para assegurar o avanço das políticas neoliberais na América Latina se distinguem por seus níveis de violência consideravelmente maiores que no Norte global, e por isso a resistência dos pobres nem sempre se mostra suficiente para barrar expulsões e desrespeito a direitos fundamentais. O Rio de Janeiro, nesse aspecto, tem sido, infelizmente, um laboratório privilegiado. A pesquisa de Azevedo e Faulhaber (2015), com base em dados oficiais, registrou mais de 67 mil pessoas atingidas por remoções forçadas na preparação da cidade para os megaeventos esportivos.

Considerações Finais

Apesar de recentemente “colonizado”, o campo de estudos sobre gentrificação na América Latina consolida-se atualmente como um dos que têm atraído mais interesse dos pesquisadores do urbano no continente. Tal interesse decorre, evidentemente, da força e amplitude com que o fenômeno se manifesta na região. Mas acredito que a sua transversalidade também explique a acorrida de tantos estudiosos e grupos de pesquisa, uma vez que a gentrificação adiciona uma camada a mais de complexidade a problemáticas como a segregação socioespacial e a habitação, o espaço público, o patrimônio e o direito à cidade, que há muito são objeto de estudo dos pesquisadores latino-americanos.

O desenvolvimento das pesquisas tem conseguido demonstrar a pluralidade das geografias da gentrificação no continente, graças à multiplicação de estudos de caso e a diversidade das cidades e aspectos abordados. Os estudos abarcam um espectro socioespacial extremamente diversificado, que varia desde a capital de um país de capitalismo de Estado, como Havana, até a “Meca” do neoliberalismo no continente, Santiago do Chile. Cidades pequenas e de função principal turística, como Cartagena, até cidades globais como São Paulo e Cidade do México, ou grandes metrópoles fragmentadas por disputas entre grupos armados, como Rio de Janeiro e Medelim foram analisadas.

Relativamente às facetas da gentrificação, apresentei aqui três aspectos que mereceram maior destaque na literatura e que me parecem traços distintivos de uma gentrificação propriamente latino-americana. Embora não comentadas no presente artigo, outras características também têm sido consistentemente abordadas, embora não representem pontos de convergência. São exemplos desses aspectos o papel dos novos mercados imobiliários (SANFELICI, 2010; LÓPEZ-MORALES, 2010 e 2011; JANOSCHKA e SEQUERA, 2014) e a pressão exercida pelo turismo sobre centros históricos, ou mesmo sobre cidades inteiras (SCARPACI, 2000; BAILEY, 2008; STEEL e KLAUFUS, 2010).

Naturalmente, um fenômeno tão amplo e multifacetado dificilmente será plenamente recoberto pela investigação acadêmica, embora seja pertinente apontar algumas lacunas que não deveriam deixar de ser preenchidas. Souza (2016) identifica duas delas: a primeira seria a reação do *main stream* às resistências contra a gentrificação, ou seja, “O apoio político oferecido por grande parte das classes médias para aquilo que eles entendem como processos que ‘modernizam’ a cidade e a tornam mais ‘competitiva’, mais atrativas para os turistas e investidores (bem como mais ‘limpas’ e ‘seguras’” (SOUZA, 2016: 1240, tradução livre).¹⁰ A segunda lacuna o autor define como “conservacionismo gentrificador”, que se manifesta quando o discurso da proteção ambiental é instrumentalizado para afastar moradores pobres, ou impedir novos assentamentos em locais geralmente próximos a amenidades naturais, cuja estima tende a ser capitalizada em valorização imobiliária.

Outro aspecto que enriqueceria a agenda de pesquisas nesse campo diz respeito à gentrificação de espaços tradicionalmente associados à cultura e lazer das classes populares, e que cumprem um papel de relevo na forma como as pessoas vivenciam a cidade na América Latina. O avanço das relações capitalistas no futebol – esporte que mobiliza multidões no continente – tem implicado profundas transformações nos equipamentos

relacionados ao jogo. Mascarenhas (2014) analisou as reformas (ou *deformações...*) dos estádios de futebol no Brasil na sua adaptação para os megaeventos esportivos, denunciando um intenso processo de gentrificação. Além do futebol, a América Latina é rica em festas e tradições populares que se realizam no espaço público, a exemplo do Carnaval, que representam, há tempos, filões para o desenvolvimento de negócios, implicando apropriações e afastamento dos participantes pobres. Penso que muitos desses processos se conformam à “gentrificação simbólica”, incluindo estratégias de agenciamento institucional, como a declaração de *patrimônio imaterial* pela Unesco. A apropriação simbólica (e material) de práticas tradicionalmente vinculadas à cultura popular tanto pode contribuir para a gentrificação de alguns bairros ou centros históricos¹¹, como transformar profundamente os usos de equipamentos ou espaços específicos, a exemplo dos estádios, ruas, praças, parques, feiras, mercados e praias. São outras escalas da gentrificação que merecem investigação.

Para encerrar, penso ser importante ressaltar que os estudos sobre gentrificação na América Latina têm contribuído para a reformulação teórico-epistemológica do problema de forma geral. Quero dizer, com isso, que a sua contribuição não se limita a ampliar a compreensão do fenômeno para outras realidades fora do Norte global, o que seria uma espécie de enriquecimento “extensivo” do conhecimento. Com efeito, as preocupações iniciais dos pesquisadores latino-americanos com a importação indevida do conceito, somada à forte tradição das teorias anticoloniais no continente (SOUZA, 2016), ensejaram formulações do problema e construções teóricas informadas pelos contextos socioespaciais e agendas próprias da região. Isso se verifica, de imediato, nos novos temas que emergiram para dar conta das especificidades da gentrificação latino-americana. Mas se manifesta com mais força na capacidade demonstrada pelos pesquisadores em dilatar o alcance do conceito sem prejuízo para a sua capacidade analítica, contribuindo, entre outras coisas, para afastar o entendimento da gentrificação como uma mudança restrita à dimensão residencial. Ademais, os estudos latino-americanos reforçam o tratamento crítico à problemática urbana no marco neoliberal, trazendo evidências que alimentam as formulações teóricas sobre os mecanismos de espoliação e o papel central da expulsão dos pobres como condição para o avanço da fronteira de acumulação de capital (JANOSCHKA e SEQUERA, 2016), num forte contraste com o cenário identificado por Slater (2006) sobre os rumos do debate anglo-saxão, que então se despolitizava.

O problema da gentrificação na América Latina formula-se inequivocamente como um instrumento de crítica aos rumos da urbanização no neoliberalismo.

Referências Bibliográficas

AALBERS, M. B. Revisiting “The changing state of gentrification”. Introduction to the forum: from third to fifth-wave gentrification. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 110, n. 1, p.1-11, 2018.

AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. SMH 2016: *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

BAILEY, N. The challenge and response to global tourism in the post-modern era: the commodification, reconfiguration and mutual transformation of Habana Vieja, Cuba. *Urban Studies*, v. 45, n. 5/6, p. 1079-96, 2008.

BETANCUR, J. Gentrification in Latin America: overview and critical analysis. *Urban Studies Research*, p. 1-14, 2014.

CARMAN, M. El proceso de ennoblecimiento y la salida negociada de los innobles em Buenos Aires. *Cadernos Metròpole*, v. 13, n. 25, p. 257-278, 2011.

CLARK, E. The order and simplicity of gentrification – a political challenge. In: *Gentrification in a global context: the new urban colonialism*. ATKINSON, R.; BRIDGE, G. (Orgs.). Londres: Routledge, p. 256-264, 2005.

DE LA GARZA, M. M. Aproximaciones a la gentrificación en el Río de Janeiro de los megaventos deportivos. Actores, discusiones y resistencias. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, 2015.

DELGADILLO, V. *Patrimonio histórico y tugurios. Las políticas habitacionales y de recuperación de los centros históricos de Buenos Aires, Ciudad de México y Quito*. Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2012.

_____. Ciudad de México: megaproyectos urbanos, negocios privados y resistencia social. In: HIDALGO, R.; JANOSCHKA, M. (Orgs.). *La ciudad neoliberal: gentrificación y exclusión en Santiago de Chile, Buenos Aires, Ciudad de Mexico y Madrid*, p. 179-198. Santiago: Universidad Católica, 2014.

_____. Patrimonio urbano, turismo y gentrificación. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 113-132, 2015.

_____; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, 2015.

DE URBINA, A.; LULLE, T. Se puede hablar de gentrificación en el centro historico de Bogotá? In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 153-174, 2015.

DI VIRGILIO, M. M.; GUEVARA, T. A. Gentrificación liderada por el Estado y empresarialismo urbano em la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 31-52, 2015.

GAFFNEY, C. Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2010.

GARCÍA-HERRERA. Elitización: propuesta en español para el término gentrificación. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 6, n. 332, 2001.

GASPAR, S. dos S. Gentrification: processo global, especificidades locais? *Ponto Urbe*, v. 6, p. 1-17, 2010.

GÓMEZ, C. C. C. Gentrificación a la limeña en el Centro Historico de Lima? Expulsión o inclusión? In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 133-152, 2015.

HACKWORTH, J.; SMITH, N. The changing state of gentrification. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 92, n. 4, p. 464-477, 2001.

HAMNETT, C. The new Mikado? Tom Slater, gentrification and displacement. *City*, v. 13, n. 4, p. 476-482, 2009.

HERTZER, H.; DI VIRGILIO, M.; LANZETTA, M.; REDONDO, A.; RODRÍGUEZ, M. C. Características de la población de un barrio en proceso de renovación: luces y sombras. *Realidad Económica*, p. 35-48, 1999.

HIERNAUX, D. A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação? In: *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. BIDOUE, C.; D. HIERNAUX, D.; RIVIÈRE, H. (Orgs.). São Paulo: Annablume, p. 229-261, 2006.

INZULZA-CONTARDO, J. "Latinogentrification"? Focusing on physical and socioeconomic patterns of change in Latin American inner cities. *Urban Studies*, v. 49, n. 10, p. 2085-107, 2012.

_____. Contemporary Latin American gentrification? Young urban professionals discovering historic neighborhoods. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1195-1214, 2016.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Procesos de gentrificación y desplazamiento en América Latina – una perspectiva comparativista. In: MICHELINI, J. J. (Org.). *Desafíos metropolitanos. Un diálogo entre Europa y América Latina*. Madri: Catarata, p. 82-104, 2014.

_____. Gentrification in Latin America: addressing the politics and geographies of displacement. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1175-1194, 2016.

_____; _____. SALINAS, L. Gentrification in Spain and Latin America – a critical dialogue. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 4, p. 1234-1265, 2014.

JONES, G. ; VARLEY, A. The reconquest of the historic centre: urban conservation and gentrification in Puebla, México. *Environment and Planning*, v. 31, n. 9, p. 1547-1566, 1999.

LEES, L. Super-gentrification: the case of Brooklyn Heights, New York City. *Urban Studies*, v. 40, p. 2487-2509, 2003.

_____; SLATER, T. ; WYLY, E. (Orgs.). *The gentrification reader*. Londres: Routledge, 2010.

LEITE, R. A exaustão das cidades. Antinobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p. 73-88, 2010.

LIMA, C. Una mirada crítica a la zona portuaria de Río de Janeiro. *Revista Bitácora Urbano Territorial*, v. 17, n. 2, p. 23-54, 2010.

LÓPEZ-MORALES, E. Real estate market, state-entrepreneurialism and urban policy in the “gentrification by ground rent dispossession” of Santiago de Chile. *Journal of Latin American Geography*, v. 9, n. 1, p. 145-173, 2010.

_____. Gentrification by ground rent dispossession: the shadows cast by large scale urban renewal in Santiago de Chile. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 1-28, 2011.

_____. Gentrification in the global South. *City*, v. 19, n. 4, p. 564-573, 2015.

_____. Gentrification in Santiago, Chile: a property-led process of dispossession and exclusion. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1-23, 2016.

_____; GASIC, I.; MEZA, D. Urbanismo pro-empresarial en Chile: políticas y planificación de la producción residencial en altura en el pericentro del Gran Santiago. *Revista INVI*, v. 28, n. 76, p. 75-114, 2012.

_____; SHIN, H. B.; LEES, L. Latin American gentrifications. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1091-1108, 2016.

MALOUTAS, T. Contextual diversity in gentrification research. *Critical Sociology*, v. 38, n. 1, p. 33-48, 2011.

MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, v. 14, p. 52-65, 2014.

MONTEERRIBIO, A. *Habitat popular, renovación urbana y movimientos sociales en barrios céntricos de la Ciudad de México: 1985-2006*. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, 2009. Universidade Autônoma Metropolitana da Cidade do México.

NELLE, A. Museality in the urban context: an investigation of museality and musealization processes in three spanish-colonial world heritage towns. *Urban Design International*, v. 14, n. 3, p. 152-71, 2009.

NOBRE, E. Urban regeneration in Brazil: historical preservation, tourism development and gentrification in Salvador da Bahia. *Urban Design International*, v. 7, n. 2, p. 109-124, 2002.

OLIVEIRA, P. Neoliberalismo em la Ciudad de México: polarización y gentrificación. In: HIDALGO, R.; JANOSCHKA, M. (Orgs.). *La ciudad neoliberal: gentrificación y exclusión en Santiago de Chile, Buenos Aires, Ciudad de Mexico y Madrid*. Santiago: Universidad Católica, p. 151-178, 2014.

PARRA, I. D. Perspectivas del estudio de la gentrificación en América Latina. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 11-30, 2015.

_____; RABASCO, P. ¿Revitalización sin gentrificación? Cooperativas de vivienda por ayuda mutua en los centros de Buenos Aires y Montevideo. *Cuadernos Geográficos*, v. 52, n. 2, 2013.

PÉREZ, M. A new poblador is being born: housing struggles in a gentrified space of Santiago, Chile. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 3, p. 28-45, 2017.

PORTELA, M. *Carmo e Santo Antônio além do Carmo: reflexos do processo de revitalização do centro histórico de Salvador*. Dissertação (Mestrado). SPPG, 2009, Universidade Católica de Salvador.

POSSO, L. Patrimonialización, especulación inmobiliaria y turismo: gentrificación en el barrio Getsemaní. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 175-190, 2015.

RODRÍGUEZ, M. C. Estado, clases y gentrificación. La política urbana como campo de disputa entre barrios de ciudad de Buenos Aires. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Orgs.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*. Cidade do México: UNAM, p. 205-228, 2015.

_____; DIVIRGILIO, M. M. A city for all? Public policy and resistance to gentrification in the southern neighborhoods of Buenos Aires. *Urban Geography*, p. 1-20, 2016.

SANFELICI, D. O financeiro e o imobiliário na reestruturação das metrópoles brasileiras. *Revista da ANPEGE*, v. 6, n. 1, p. 3-16, 2010.

SCARPACI, J. Winners and losers in restoring Old Havana. *Cuba in Transition*, v. 10, *Papers and Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Association for the Study of the Cuban Economy*, p. 289-300, 2000.

SLATER, T. The eviction of critical perspectives from gentrification research. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 4, p. 737-757, 2006.

SMITH, N. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge, 1996.

_____. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002.

SOUZA, M. L. Gentrification in Latin America: some notes on unity in diversity. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1235-1244, 2016.

STEEL, G. ; KLAUFUS, C. *Displacement by/for development in two andean cities*. Trabalho apresentado no Congress of the Latin American Studies Association, Toronto, 2010.

TEIXEIRA, E. T. La pacification des favelas de Rio de Janeiro: une “contre-insurrection préventive”? In: *Projets politiques et luttes sociales: expériences latinoaméricaines*. l’Harmattan, Horizons Amériques latines. Paris: l’Harmattan, p. 53-65, 2012.

_____. *A antítese da reforma urbana e sua atualização na operação consorciada Porto Maravilha*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *Projetos antagônicos para a Zona Portuária: Porto Maravilha versus justiça social*. (no prelo)

VASCONCELLOS, L. M.; MELLO, M. C. F. Terminologias em busca de uma identidade. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 6, n. 1, p. 60-3, 2003.

ZAPATA, J. F. *Biopolítica y gentrificación en Medellín*. Trabalho de conclusão de curso de bacharel em Ciência Política, 2015, Universidade de Antioquia.

ZIBECHI, R. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. *Movimientos sociales en América Latina: el “mundo otro” em movimiento*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2017.

¹ Seguindo por essa linha, Aalbers (2018) sustenta que, após o estouro da bolha imobiliária em 2007, a gentrificação teria alcançado uma “quinta onda”, em que o protagonismo passaria do Estado para grandes corporações de proprietários (como fundos de investimento) e o que o autor define como “plataformas capitalistas” (p. ex. Airbnb).

² “[the] LatinAmerica’slag in research on gentrification reflects the corresponding lag and trajectory of regime change and of gentrification itself.”

³ “the return of the middle class to Latin American inner-city areas, and the subsequent displacement of the working class, has been less common when compared with the European or US movements in the 1960s and 1970s. Thus, first- and second-wave gentrification seem to be more exclusive to developed urban settings with particular effects in the European, US, Canadian and Australian contexts.”

⁴ Termo cuja impropriedade fora apontada por López-Morales et al. (2016). Na maior parte dos processos de gentrificação verificados em cidades latino-americanas, não são as elites que substituem os moradores pobres nas áreas em transformação, mas setores da classe média.

⁵ “a process involving a change in the population of land-users such that the new users are of a higher socioeconomic status than the previous users, together with an associated change in the built environment through a reinvestment in fixed capital. The greater the difference in socioeconomic status, the more noticeable the process, not least because the more powerful the new users are, the more marked will be the concomitant change in the built environment. It does not matter where, it does not matter when. Any process of change fitting this description is, to my understanding, gentrification.”

⁶ “O prefixo RE começa a ser empregado nas novas definições – renovação, reabilitação, revitalização, regeneração etc – representando referências explícitas às *preexistências*. O RE é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do Tempo na análise do Espaço, sem contudo explicitar um significado e uma metodologia para tal. Aparece aí o modismo oportunista, as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada.” (Vasconcellos e Mello, 2003: 60)

⁷ O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, da Caixa Econômica Federal, capitalizado com recursos provenientes de descontos compulsórios na folha de pagamentos dos trabalhadores formais do setor privado, o Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS)

⁸ O caso da expulsão dos moradores da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, na esteira da preparação da cidade para os grandes negócios com os Jogos Olímpicos de 2016 é paradigmática desta tensão entre violência e resistência: fortes mobilizações dos moradores locais, articulação de alianças com a academia, formulação de contrapojos e a ação intensiva do aparelho do Estado para minar a resistência local via cooptação e recurso à violência contra os moradores recalcitrantes.

⁹ “[t]he support of political parties, labor unions and NGOs, rallies, takeovers, media exposés, new street vending strategies, and even open battles with the police have made eviction very complex and conflictive while negatively affecting private sector participation”.

¹⁰ “the political support offered by large parts of the middle classes to what they understand as processes that ‘modernize’ the city and make it more ‘competitive’, more attractive to tourists and investors (as well as ‘cleaner’ and ‘safer’)”.

¹¹ Um caso emblemático é o do papel desempenhado pela declaração do Tango como patrimônio imaterial da humanidade para a gentrificação do Camiñito, em La Boca (Buenos Aires).